



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

**DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 17 DE AGOSTO DE 2023.**

Aprova as regras da política continuada de financiamento para ampliação do acesso à diálise peritoneal nos serviços habilitados em Atenção Especializada em Doença Renal Crônica (DRC) com Diálise Peritoneal, referente ao eixo III da Deliberação CIB/SUS-MG nº 3635, de 19 de novembro de 2021.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, de consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, de consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria GM/MS nº 1.675, de 7 de junho de 2018, e a Portaria GM/MS nº 3.415, de 22 de outubro de 2018, que alteram a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017 e a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os critérios para a organização, funcionamento e financiamento do cuidado da pessoa com Doença Renal Crônica - DRC no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;
- a Portaria GM/MS nº 3.603, de 22 de novembro de 2018, estabelece que os procedimentos relacionados à TRS, cobrados por meio de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais - APAC, sejam financiados, em sua totalidade, por meio do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação – FAEC;
- a Portaria GM/MS nº 2.062, de 19 de agosto de 2021 que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os critérios para a organização, funcionamento e financiamento do cuidado da pessoa com Doença Renal Crônica - DRC no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.635, de 19 de novembro de 2021, que aprova repasse de incentivo financeiro para ampliação da Atenção Especializada em Doença Renal Crônica (DRC) no Estado de



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

Minas Gerais; e seu Anexo Único, a Resolução SES/MG N° 7.869, de 19 de novembro de 2021, que institui repasse de incentivo financeiro para ampliação da Atenção Especializada em Doença Renal Crônica (DRC) no Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG n° 3.754, de 22 de março de 2022, que aprova a Rede de Atenção à Pessoa com Doença Renal Crônica, no âmbito de Minas Gerais;
- a necessidade de ampliar o acesso à população, própria e referenciada, aos serviços de diálise peritoneal, que permite realizar tratamento em domicílio e mais autonomia ao paciente;
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 299ª Reunião Ordinária, ocorrida em 17 de agosto de 2023.

**DELIBERA:**

Art. 1º - Ficam aprovadas as regras da política continuada de financiamento para ampliação do acesso à diálise peritoneal nos serviços habilitados em Atenção Especializada em Doença Renal Crônica (DRC) com Diálise Peritoneal, referente ao eixo III da Deliberação CIB/SUS-MG n° 3635, de 19 de novembro de 2021.

Art. 2º - O objetivo desta política é ampliar acesso à população, própria e referenciada, aos serviços de diálise peritoneal, por meio do repasse de recurso estadual, em caráter complementar ao financiamento realizado pelo Ministério da Saúde.

Art. 3º - Para a definição dos valores a serem destinados aos beneficiários, observou-se como critério técnico a majoração em 100% do valor previsto na tabela para SUS para o procedimento 03.05.01.016-6 - Manutenção e acompanhamento domiciliar de paciente submetido a DPA /DPAC.

§ 1º - Com o aumento previsto no caput deste artigo, os serviços habilitados em atenção especializada em DRC com diálise peritoneal receberão, além dos R\$ 358,06 (trezentos e cinquenta e oito reais e seis centavos) já repassados por meio fonte federal, mais R\$ 358,06 de fonte estadual, perfazendo o total de R\$ 716,12 (setecentos e dezesseis reais e doze centavos) por cada procedimento de 03.05.01.016-6 - Manutenção e acompanhamento domiciliar de paciente submetido a DPA /DPAC executado para pacientes SUS/MG.

§ 2º - Caso o Ministério da Saúde realize reajuste no valor de Tabela do procedimento de diálise peritoneal, o incentivo financeiro de que trata esta resolução será descontado em igual valor.

Art. 4º - Para a definição dos beneficiários a serem contemplados observou-se os seguintes critérios:



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

I – municípios sede de instituições públicas ou filantrópicas habilitadas em Atenção Especializada em DRC com Diálise Peritoneal, que detenham a gestão de seus prestadores; e

II- instituições públicas ou filantrópicas habilitadas em Atenção Especializada em DRC com Diálise Peritoneal sob gestão estadual.

Art. 5º - Os Termos firmados sob esta Deliberação poderão ter um prazo máximo de vigência de sessenta meses, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 6º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2023.

**FÁBIO BACCHERETTI VITOR  
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E  
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG**

**ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 17 DE AGOSTO DE 2023**  
(disponível no sítio eletrônico [www.saude.mg.gov.br/cib](http://www.saude.mg.gov.br/cib) ).



**RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 17 DE AGOSTO DE 2023.**

Define as regras de financiamento da política continuada para ampliação do acesso à diálise peritoneal nos serviços habilitados em Atenção Especializada em Doença Renal Crônica (DRC) com Diálise Peritoneal, referente ao eixo III da Deliberação CIB/SUS-MG nº 3635, de 19 de novembro de 2021.

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 43, da Lei Estadual nº 24.313, de 28 de abril de 2023 e, considerando:

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº , de 17 de agosto de 2023, que aprova as regras da política continuada de financiamento para ampliação do acesso à diálise peritoneal nos serviços habilitados em Atenção Especializada em Doença Renal Crônica (DRC) com Diálise Peritoneal, referente ao eixo III da Deliberação CIB/SUS-MG nº 3635, de 19 de novembro de 2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Definir as regras de financiamento da política continuada para ampliação do acesso à diálise peritoneal nos serviços habilitados em Atenção Especializada em Doença Renal Crônica (DRC) com Diálise Peritoneal, referente ao eixo III da Deliberação CIB/SUS-MG nº 3635, de 19 de novembro de 2021, nos termos desta Resolução.

Art. 2º - Foram considerados, como parâmetro para definição dos valores e beneficiários, os critérios estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Deliberação CIB-SUS/MG nº .....

Art. 3º - O recurso financeiro perfaz o valor anual de R\$ 5.709.894,68 (cinco milhões, setecentos e nove mil, oitocentos e noventa e quatro reais e sessenta e oito centavos).

§ 1º - A relação dos beneficiários e os valores individuais referentes ao primeiro repasse do recurso estão dispostos no Anexo I desta Resolução.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

§ 2º - O recurso financeiro, de que trata o caput deste artigo, será repassado através do Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde e às entidades contempladas sob gestão estadual e deverá ser utilizado pelos beneficiários para o custeio dos procedimentos 03.05.01.016-6 - Manutenção e acompanhamento domiciliar de paciente submetido a DPA /DPAC executados por serviços habilitados em atenção especializada em DRC com diálise peritoneal para atendimento de pacientes do SUS/MG, conforme objetivo desta política disposto no artigo 2º da Deliberação CIB-SUS/MG nº.....

§ 3º - O recurso financeiro, de que trata o caput deste artigo, cuja natureza é de custeio poderá, à luz do Art. 17 § 1º do Decreto nº 48.600/2023, ser utilizado para aquisição de equipamentos necessários para alcançar o objetivo da política.

§ 4º - No exercício de 2023 será repassado apenas o equivalente ao primeiro quadrimestre, no montante total de R\$1.903.298,23 (um milhão novecentos e três mil duzentos e noventa e oito reais e vinte e três centavos, que correrá por conta da dotação orçamentária nº 4291.10.302.158.4463.0001 334141 10.1.

Art. 4º - Para fazer jus aos valores dispostos nesta Resolução, os beneficiários deverão assinar Termo de Adesão/Contrato assistencial, nos termos do Decreto Estadual nº 48.600/2023, em sistema eletrônico disponibilizado pela SES/MG, no prazo de até 7 (sete) dias úteis a contar da data de sua disponibilização, facultada à SES-MG a prorrogação do prazo pelo mesmo período.

Parágrafo único - Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior, o beneficiário deixará de fazer jus ao incentivo e o instrumento contratual ficará indisponível para assinatura, após bloqueio no sistema.

Art. 5º - Os valores serão repassados em parcelas quadrimestrais, conforme cronograma e demais informações orçamentárias dispostos no Anexo II desta Resolução, diretamente do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde e entidades contempladas sob gestão estadual.

§ 1º - A primeira parcela será repassada aos municípios com gestão de seus prestadores e aos estabelecimentos sob gestão estadual, após assinaturas dos Termos de Adesão/Contrato Assistencial.

§ 2º - As parcelas quadrimestrais subsequentes serão repassadas conforme produção aprovada do SIA/SUS durante o período analisado até o limite financeiro estabelecido no Anexo I.

§ 3º - Ao final do terceiro do quadrimestre será realizado um ajuste de forma que o saldo remanescente dos beneficiários que não executaram a totalidade dos seus recursos será



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

distribuído proporcionalmente entre os beneficiários que tiveram produção superior ao limite financeiro estabelecido no Anexo I desta Resolução.

Art. 6º - Os indicadores e as regras de monitoramento estão estabelecidos no Anexo III desta Resolução.

Art. 7º - As regras de financiamento e os respectivos valores dispostos nesta Resolução terão a vigência de 60 meses (ou dispor data fixa), devendo as diretrizes sobre competências futuras serem divulgadas em nova Resolução específica, conforme Lei Orçamentária Anual vigente.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2023.

**FÁBIO BACCHERETTI VITOR  
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE**

**ANEXOS I, II E III DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 17 DE AGOSTO DE 2023**  
(disponível no sítio eletrônico [www.saude.mg.gov.br](http://www.saude.mg.gov.br)).



ANEXO I – DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE DIA DE MÊS DE 2023.

**BENEFICIÁRIOS E VALORES INDIVIDUAIS**

1) A estimativa de pacientes corresponde a 10% (dez por cento) do número de pacientes que realizaram sessões de hemodiálise no ano de 2022 em cada município executor elencado abaixo.

2) O valor total do repasse corresponde a multiplicação da estimativa de pacientes pelo valor do incentivo estadual (R\$ 358,06) x 12 meses. O valor quadrimestral corresponde ao valor anual dividido por 3 (três).

Municípios	Meta Fisica	Teto quadrimestral	Teto anual
Alfenas	23	R\$ 33.610,82	R\$ 100.832,45
Araguari	11	R\$ 16.192,57	R\$ 48.577,72
Araxá	15	R\$ 20.997,92	R\$ 62.993,77
Barbacena	15	R\$ 21.575,41	R\$ 64.726,23
Belo Horizonte	219	R\$ 313.734,01	R\$ 941.202,02
Betim	45	R\$ 64.071,62	R\$ 192.214,87
Bom Despacho	13	R\$ 19.041,45	R\$ 57.124,34
Brasília De Minas	22	R\$ 31.178,76	R\$ 93.536,29
Campo Belo	16	R\$ 22.584,40	R\$ 67.753,21
Carangola	10	R\$ 14.742,89	R\$ 44.228,67
Caratinga	19	R\$ 27.001,40	R\$ 81.004,19
Cataguases	7	R\$ 10.503,09	R\$ 31.509,28
Conselheiro Lafaiete	13	R\$ 19.142,44	R\$ 57.427,32
Contagem	54	R\$ 77.523,66	R\$ 232.570,99
Curvelo	22	R\$ 30.998,81	R\$ 92.996,44
Diamantina	13	R\$ 18.003,07	R\$ 54.009,22
Divinópolis	20	R\$ 29.205,76	R\$ 87.617,28
Extrema	12	R\$ 16.852,69	R\$ 50.558,07



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

Formiga	19	R\$ 27.462,28	R\$ 82.386,85
Frutal	9	R\$ 12.447,63	R\$ 37.342,90
Governador Valadares	44	R\$ 63.645,62	R\$ 190.936,87
Guaxupé	12	R\$ 16.943,58	R\$ 50.830,75
Ipatinga	24	R\$ 34.204,83	R\$ 102.614,49
Itabira	20	R\$ 28.177,49	R\$ 84.532,46
Itajubá	17	R\$ 24.045,11	R\$ 72.135,32
Itaobim	17	R\$ 24.169,97	R\$ 72.509,90
Itaúna	10	R\$ 14.584,98	R\$ 43.754,93
Ituiutaba	16	R\$ 22.824,95	R\$ 68.474,84
Janaúba	23	R\$ 33.493,30	R\$ 100.479,90
João Monlevade	18	R\$ 25.418,59	R\$ 76.255,76
Juiz De Fora	44	R\$ 63.594,21	R\$ 190.782,63
Lavras	18	R\$ 26.096,15	R\$ 78.288,44
Leopoldina	14	R\$ 20.443,39	R\$ 61.330,17
Manhuaçu	19	R\$ 27.885,53	R\$ 83.656,59
Mariana	17	R\$ 24.784,18	R\$ 74.352,54
Minas Novas	1	R\$ 1.115,49	R\$ 3.346,48
Montes Claros	33	R\$ 47.398,88	R\$ 142.196,64
Muriae	11	R\$ 15.565,51	R\$ 46.696,53
Nova Lima	11	R\$ 16.459,74	R\$ 49.379,23
Para De Minas	9	R\$ 12.388,88	R\$ 37.166,63
Paracatu	5	R\$ 6.500,17	R\$ 19.500,50
Passos	28	R\$ 40.318,47	R\$ 120.955,42
Patos De Minas	19	R\$ 26.991,30	R\$ 80.973,89
Patrocínio	13	R\$ 18.734,80	R\$ 56.204,40
Pirapora	7	R\$ 9.641,91	R\$ 28.925,74
Poços De Caldas	11	R\$ 15.080,75	R\$ 45.242,26
Ponte Nova	16	R\$ 22.665,20	R\$ 67.995,59
Pouso Alegre	20	R\$ 28.281,23	R\$ 84.843,69





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

Salinas	11	R\$ 15.999,77	R\$ 47.999,32
São Joao Del Rei	18	R\$ 25.526,92	R\$ 76.580,77
São Lourenco	15	R\$ 21.758,11	R\$ 65.274,34
São Sebastiao Do Paraiso	13	R\$ 18.188,53	R\$ 54.565,59
Sete Lagoas	19	R\$ 27.768,93	R\$ 83.306,79
Teófilo Otoni	35	R\$ 49.606,92	R\$ 148.820,75
Timoteo	6	R\$ 8.939,56	R\$ 26.818,69
Três Corações	8	R\$ 11.750,79	R\$ 35.252,38
Ubá	14	R\$ 19.959,55	R\$ 59.878,65
Uberaba	20	R\$ 29.077,23	R\$ 87.231,68
Uberlândia	52	R\$ 74.906,15	R\$ 224.718,46
Unai	10	R\$ 14.520,71	R\$ 43.562,13
Varginha	18	R\$ 25.965,78	R\$ 77.897,33
Viçosa	15	R\$ 21.004,35	R\$ 63.013,05
Total	1329	R\$ 1.903.298,23	R\$ 5.709.894,68

MINUTA CIB



**CRONOGRAMA E DEMAIS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

- 1) Todo o processo de acompanhamento dos indicadores seguirá as normas estabelecidas na Resolução SES/MG nº 8.879, de 17 de julho de 2023, que dispõe sobre as regras de aplicação do Decreto Estadual nº 48.600, de 10 de abril de 2023 e Resolução SES/MG nº 8.880, de 17 de julho de 2023, que dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Macrorregional de Acompanhamento.
- 2) O desempenho dos beneficiários será acompanhado e apurado pelo Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SIGRES) a cada 04 (quatro) meses e o resultado das avaliações impactará no valor do incentivo a ser repassado, conforme estabelecido na presente Resolução, a partir da segunda parcela, seguindo o seguinte cronograma:

Pagamento	Quadrimestre de Referência para Avaliação do Indicador	Condição do repasse do Incentivo Financeiro
*1º parcela (excepcional) - Novembro/23		Repasso Integral
2ª parcela – Abril/24	Novembro/2023, Dezembro/2023, Janeiro/2024 e Fevereiro/2024.	Repasso baseado no desempenho alcançado no indicador
3ª parcela - Agosto/24	Março/2024, Abril/2024, Maio/2024, Junho/2024.	Repasso baseado no desempenho alcançado no indicador
4ª parcela - Dezembro/24	Julho/2024, Agosto/2024, Setembro/2024, Outubro/2024.	Repasso baseado no ajuste de saldo remanescente

- 3) A Diretoria de Processamento de Produção de Média e Alta Complexidade realizará a apuração da produção apresentada pelos beneficiários no quadrimestre avaliado, considerando as bases de dados carregadas pelos gestores no DATASUS após o processamento mensal do SIHD.
- 4) A Coordenação de Alta Complexidade Ambulatorial/DPEAEAE/SAE fará a inserção das metas no SIGRES e abrirá sistema para realização do processo de acompanhamento e avaliação do indicador.
- 5) O beneficiário deverá validar a meta inserida do SIGRES dentro do prazo de 7 dias úteis, podendo ser prorrogado excepcionalmente por igual período.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

- 6) Em caso de não cumprimento das metas previstas para o indicador ou discordância do percentual de desempenho registrado no sistema, o beneficiário poderá solicitar recurso, no momento da validação de resultados, à Reunião Temática de Acompanhamento.
- 7) Concluído o prazo estabelecido para validação de resultados, o beneficiário não poderá solicitar recurso para a Reunião Temática de Acompanhamento e a validação dos resultados apresentados no sistema será automática.
- 8) A Comissão Macrorregional de Acompanhamento terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento do recurso, para avaliá-lo e emitir parecer no SIGRES.
- 9) As decisões da Reunião Temática de Acompanhamento de Atenção à Saúde deverão ser emitidas com base na documentação apresentada pelos beneficiários. As AIH referentes a internações realizadas no trimestre avaliado, mas apresentadas em processamento subsequente não serão consideradas para justificativa de não alcance das metas.



### DO MONITORAMENTO

Para fins de monitoramento será considerado o seguinte indicador:

**Indicador:** Produção de diálise peritoneal (procedimento 03.05.01.016-6) por município executor no quadrimestre avaliado conforme cronograma.

**Descrição:** Mede a produção do procedimento 03.05.01.016-6 – Manutenção e Acompanhamento Domiciliar de Paciente Submetido a DPA /DPAC, aprovada no Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS), por município, no quadrimestre avaliado.

**Método de cálculo:** Valor do incentivo multiplicado pela produção aprovada.

**Fonte:** Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS).

**Unidade de Medida:** número absoluto

**Periodicidade:** Quadrimestral.

**Meta do Indicador:** Quanto maior melhor.